



## O Estado de S. Paulo

### Polêmicas tarifárias afugentam investidores

Incertezas regulatórias levam País a nova fase de paralisia em obras do setor energético

#### RENÉE PEREIRA

Sofrer com a falta de investimentos parece ser um dom natural do setor elétrico brasileiro. Como em meados da década de 80, o País vive novamente uma onda de paralisia nas obras, desta vez provocada pelas incertezas regulatórias. Agora, planos de novos projetos só com o modelo do setor em mãos, avisam os empreendedores, que esperam algo concreto para se apoiarem. Não faltam reclamações, que incluem a polêmica sobre tarifas.

"Ninguém vai financiar uma grande obra no País sem ter a certeza de qual retorno vai ter", analisa o presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales.

A situação é preocupante, mesmo com os 7,5 mil megawatts (MW) de energia excedentes no sistema, resultado dos novos hábitos dos consumidores após o racionamento e da desaceleração da economia. Segundo o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), José Augusto Marques, se o nível de atividade econômica voltar a crescer a taxas de 3% ano, em 4 anos essa sobra desaparecerá.

Por isso, alerta, se os investimentos não forem definidos agora, o País correrá o risco de novo racionamento no futuro. "E essa é uma previsão otimista, considerando que a relação PIB/consumo será de um para um", diz.

Além disso, os cálculos da Abdib prevêem a entrada em operação de algumas usinas, como Corumbá 4, Pedra do Cavalo, Espora e Santa Clara, além da ampliação de Porto Primavera, Tucuruí e Itaipu.

**Atraso** - Hoje, das 53 usinas hidrelétricas licitadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), 25 estão com o cronograma atrasado. Além disso, 30 ainda nem foram iniciadas por causa de licenças ambientais, que demoram em média um ano para serem autorizadas.

Essa burocracia também sinaliza para a necessidade de retomada rápida dos investimentos.

Sem contar o tempo necessário para aquisição das licenças ambientais, uma hidrelétrica leva entre 36 e 40 meses para ser concluída. Para complicar a situação, segundo a Aneel, os grandes potenciais que serão licitados a partir de agora estão em áreas de rígido controle ambiental, principalmente no Norte do País. Portanto, a tendência é de que o tempo de maturação dos projetos aumente. Atento ao problema, o governo já incluiu a pendência no novo modelo do setor. Segundo o secretário executivo do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tolmasquim, a idéia é que as concessões de novas usinas hidrelétricas cheguem às mãos dos empreendedores já com a licença prévia autorizada e com o projeto básico. Para isso, deverá ser criado um órgão, sob o comando do ministério, que se responsabilizará pelas licenças ambientais. Outra proposta é ter um monitoramento das obras desde a licitação até a conclusão do empreendimento, com o objetivo de resolver pendências que possam surgir.

Segundo Tolmasquim, o governo não está preocupado com a paralisação dos investimentos: "A situação é confortável. A sobra de energia existente funciona como um colchão, que nos dá tempo para licitar novas usinas." A opinião, no entanto, não é partilhada por especialistas no setor. Segundo Marques, da Abdib, o tempo perdido hoje poderá representar prejuízos para todos no futuro. Mas Tolmasquim afirma que o importante é ter tranquilidade para criar mecanismos que garantam novos empreendimentos no setor. "Em breve haverá um ambiente seguro para os investidores", comenta.

**Tarifas** - É o que os empreendedores do setor esperam. Mas há dúvidas em relação ao futuro, principalmente porque muita gente não está contente com as últimas medidas adotadas pelos governo. Para o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), David Zylbersztajn, "no atual cenário, ninguém vai se submeter à manipulação pseudo-popular do Estado, que revela total falta de sensibilidade, para investir em energia".

Ele se referia às interferências do governo na revisão tarifária periódica das distribuidoras de energia. Segundo Zylbersztajn, a manipulação de tarifas tem dois efeitos nefastos para a população no longo prazo: "Além da queda nos investimentos, que pode prejudicar a qualidade dos serviços, uma hora ou outra alguém terá de pagar a conta."

A questão da revisão tarifária tem provocado grandes discussões no setor, que não vê com bons olhos as interferências do Ministério de Minas e Energia na determinação dos índices autorizados. Apesar de alguns reajustes terem superado 40%, os índices desagradam as distribuidoras, que reclamam da metodologia usada pela Aneel.

Segundo especialistas, o governo desrespeitou pelo menos dois pontos da legislação. O primeiro foi estipular um teto para as revisões, aplicando os reajustes em duas etapas. Na Enersul, por exemplo, haverá aumento de 32,95% este ano, ficando o restante, 9,67%, entre 2004 e 2007.



Outra questão está relacionada ao repasse dos custos em dólar que as distribuidoras têm com a compra da energia de Itaipu. Neste caso, os gastos apenas serão repassados às tarifas a partir do ano que vem. Enquanto isso, o governo liberará recursos por meio de uma linha de crédito para evitar desequilíbrios econômico-financeiros nas empresas. Segundo o presidente da CBIEE, Cláudio Salles, a revisão está deixando todos apreensivos e descontentes, e o resultado é a redução dos investimentos.

Na avaliação de Zylbersztajn, se algo não for feito rapidamente, restará ao governo a obrigação de investir no setor elétrico para manter o abastecimento. Mas, ressalta, o poder público já percebeu que não tem condições de arcar sozinho com toda a expansão do parque gerador. Na semana passada, por exemplo, o presidente da Eletrobrás, Luiz Pinguelli Rosa, afirmou que a previsão inicial de investimento do grupo, da ordem de R\$ 3,7 bilhões, não deverá ultrapassar R\$ 3 bilhões, o que pode comprometer a ampliação de Tucuruí.

---